

LUIS MOITA \*

### ELEMENTOS PARA UM BALANÇO DA DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA

Uma precisão inicial se impõe: o processo de independência das colónias portuguesas em África, tanto pode ser analisado do ponto de vista dos povos africanos — e então tem de se falar de nacionalismo e de luta de libertação — como do ponto de vista português — e então poderá falar-se de descolonização. Quem aborda o tema da descolonização coloca-se na perspectiva da metrópole descolonizadora, independentemente do facto de ela ter querido descolonizar por iniciativa própria e controlando em maior ou menor grau o processo assim desencadeado, ou de se ter visto perante a evidência de forças que se lhe impuseram. Esboçar um balanço da descolonização portuguesa é pois aceitar um corte metodológico na realidade histórica, já que se omite voluntariamente a consideração desse outro ponto de vista (decisivo!) que é o dos movimentos de libertação.

Na realidade, Portugal não foi o protagonista da descolonização, dito no singular, como se fosse um actor isolado ou soberano. Ela não resultou de uma definição política unilateral nem sequer de uma concertação multilateral, mas antes da sucessão de acordos bilaterais realizados ao longo de 74-75 entre o poder português e os poderes emergentes dos povos colonizados. E tais acordos foram sendo celebrados ao sabor da diversidade da correlação de forças nos diferentes teatros da guerra e nos diferentes territórios.

Registada esta questão prévia, ficamos à vontade para deixar de lado problemas tão importantes como seriam o surto do nacionalismo afro-asiático no após-guerra, a formação da

---

\* Coordenador do CIDAC (Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral).

consciência nacional nas colónias portuguesas, o início da luta armada em três territórios africanos, as vitórias militares dos movimentos de libertação, a conjuntura internacional propícia à queda das ditaduras no sul da Europa e muitos outros. Podemos assim circunscrevermo-nos aos aspectos internos da própria metrópole descolonizadora, e mesmo aí omitindo a análise das questões económicas que outros poderão tratar com maior competência.

Logo à partida, uma coisa parece certa: a questão colonial, de tal maneira se identificou com a questão do regime — a ditadura de Salazar e Marcelo Caetano —, que a solução daquela não era compatível com a manutenção deste: Só o derrube do regime permitiu solucionar a questão colonial e foi esta que determinou a sua queda.

Dir-se-ia que nos primeiros anos da década de 70 se foi generalizando a oposição à política colonial do regime, mercê da confluência daquilo a que, porventura grosseiramente, poderíamos designar por consciência civil e consciência militar.

Multiplicaram-se na sociedade portuguesa os indícios dessa oposição. As suas manifestações irrompiam de focos tão diversos, que basta agora enunciar os mais importantes. No seu conjunto, a chamada *oposição democrática*, não obstante a sua hesitação em pisar o risco da estreita margem de legalidade consentida pela ditadura, foi explicitando progressivamente o seu anti-colonialismo; o *movimento estudantil*, na onda de politização — muitas vezes radical — que percorria universidades e mesmo liceus, estava nas primeiras filas da luta contra a guerra colonial; os sectores *cristãos progressistas* distinguiram-se em acções corajosas na denúncia dos crimes praticados e na afirmação do direito dos povos à independência; os *núcleos de exilados* tinham maior margem de manobra, incluindo a possibilidade de contactos directos com os próprios movimentos de libertação das colónias; os *desertores e refractários* constituíam já uma massa significativa, ampliando o fenómeno da recusa à guerra no interior das forças armadas; os *objectores de consciência* estavam a dar os primeiros passos no caminho de uma decisão de duras consequências e preparavam-se mesmo os primeiros actos colectivos de objecção de consciência; os *grupos de oposição armada* escolhiam como alvo preferencial das acções de sabotagem o aparelho militar colonial.

A firmeza destas manifestações vinha a par da crescente hesitação quanto à política colonial por parte de sectores influentes, afectos ao regime ou situados na sua franja, sectores predominantemente tecnocráticos, desenvolvimentistas, europeístas, de tendência liberalizadora, para os quais eram incom-

patíveis o esforço de guerra e as necessidades do desenvolvimento, a política colonial e a modernização da sociedade.

O alastramento, por sectores tão numerosos e tão diversos da «sociedade civil», da oposição à política colonial veio a convergir com a consciência dos militares quanto à eventualidade de uma derrota no terreno ou, pelo menos, quanto à necessidade de uma solução política dado o impasse da solução militar. Persistia a memória da humilhação imposta por Salazar às forças armadas no caso de Goa. O avanço da guerrilha sobretudo em Moçambique e, mais ainda, na Guiné era uma ameaça que se somava ao cansaço das sucessivas comissões no «ultramar». O desejo de acabar com a guerra foi motor e objectivo do levantamento militar do 25 de Abril.

É possível que os oficiais milicianos tenham constituído o ponto de contacto entre a consciência política e a consciência militar. Oriundos das universidades, portadores da politização, eles tiveram certamente uma influência importante na evolução da mentalidade dos oficiais do quadro permanente.

O somatório de todos estes factores internos fez com que, em Abril de 1974, a intransigência do regime quanto à política colonial e a aparência de apoio a essa mesma política ruíssem como um castelo de cartas.

Como se iriam passar as coisas?

Em tese geral, a descolonização, entendida como queda dos impérios das potências europeias, foi um processo de transição em que prevaleceram ora os elementos de continuidade ora os elementos de rotura. Predominava a continuidade sempre que a metrópole mantinha o controle das alavancas da transição, seja assegurando o essencial dos interesses económicos, seja garantindo a hegemonia da transferência do poder político pelas suas ligações às novas classes dirigentes, seja mesmo mantendo a influência militar através da presença de bases e de contingentes ou da facilidade de intervenção à distância. Inversamente predominava a rotura quando estes factores não se verificavam e o poder político, económico e militar emergente rompia os laços estruturais da dominação colonial. O exemplo da descolonização francesa mostra bem como estas duas situações estiveram presentes: casos como o do Senegal e o do Gabão são típicos da transição com elevado grau de continuidade, casos como o da Guiné-Konakry e *a fortiori* do Vietname e da Argélia manifestam a predominância dos elementos de rotura.

Um olhar retrospectivo sobre a descolonização portuguesa comprova que nela prevaleceram os factores de rotura. Foi extremamente reduzida a margem de manobra da potência descolonizadora para determinar ou condicionar o futuro dos novos

países independentes. O facto de a luta de libertação ter assumido nos territórios-chave o carácter de guerra popular prolongada e o respectivo efeito de alastramento para os outros territórios provocaram a predominância da quebra dos vínculos estruturais com a antiga metrópole. Deu-se uma rotura quanto à natureza do poder político e à sua ideologia, uma rotura ao nível das dependências económicas e sobretudo militares, uma rotura quanto à colocação internacional pelas novas opções estratégicas em política externa e no sistema de alianças.

Mas se a verificação deste resultado parece não oferecer dúvidas, é preciso acrescentar que o processo descolonizador se desenrolou no quadro de uma intensa luta política interna em Portugal, luta essa centrada na confrontação entre duas estratégias. Se ambas buscavam uma solução política para a guerra colonial, uma tentava a descolonização na continuidade possível, outra assumia a rotura como inevitável.

A primeira era a spinolista. O general António de Spínola personificou a tentativa de salvaguardar os elementos da continuidade e a sua estratégia teve passos bem claros: conseguir o cessar-fogo prévio, conseqüentemente desarmar os movimentos de libertação, atraí-los para a luta legal em pé de igualdade com outros «partidós», entretanto artificialmente formados, e avançar com processos eleitorais ou referendários com vista a uma eventual solução federalista. Seria longo recapitular aqui os episódios que corporizaram esta linha política, mas os seus traços eram evidentes e mais evidente ainda se tornou a sua derrota. Era demasiado tarde. Não havia condições históricas para a metrópole conseguir condicionar em grau significativo o futuro dos novos países.

A outra estratégia, digamos que era a do MFA. Tanto por maior realismo derivado de uma percepção mais directa da correlação de forças no terreno, como por motivações ideológicas ligadas à recusa de fórmulas neo-coloniais, o MFA liderou uma descolonização que assumiu o prevalecer dos factores de rotura, apostando no futuro relacionamento entre Estados independentes. Tal estratégia partiu do pressuposto de que o cessar-fogo não era alcançável sem a aceitação do princípio da transferência de soberania para os movimentos de libertação. O que restava para negociar eram apenas as modalidades dessa transferência. O carácter radical dos movimentos de libertação, vitoriosos no termo de uma guerra popular prolongada, impedia quaisquer veleidades de a metrópole ter um papel determinante no ordenamento das sociedades pós-coloniais. Mais valia então aceitar esta realidade, senão mesmo congratular-se com ela, e visar a salvaguarda dos interesses portugueses, designadamente através

do estabelecimento de bases para futuras relações de amizade e cooperação.

O confronto político entre a estratégia spinolista e a do MFA, bem como as etapas de materialização desta última, decorreram num período de aceleração do processo histórico. Dir-se-ia que a descolonização portuguesa, atrasada mais de uma década, se desenrolou na precipitação dos acontecimentos.

Para isso concorreram duas urgências, da parte portuguesa e da parte dos movimentos de libertação.

Do ponto de vista do MFA era urgente descolonizar, não só em nome do objectivo primordial de acabar com a guerra, como ainda porque o que estava em jogo era também a salvaguarda da democracia em Portugal. O prosseguimento da política colonialista ou a tentativa de impor uma solução neo-colonial (federativa ou outra) só eram possíveis num quadro de restrições às liberdades democráticas na metrópole, já que teriam exigido um poder fortemente autoritário, com suficiente força militar e policial em Portugal e nas colónias para levar por diante o seu desígnio. Daí a estreita ligação entre os objectivos de democratizar e de descolonizar. Ligação, aliás, que se confirma na generalidade dos casos, quanto mais não seja porque o processo global da descolonização europeia tem muito a ver com a vitória das democracias contra os regimes totalitários na segunda guerra mundial. Da mesma maneira, em 74-75 a defesa da recém-implantada democracia portuguesa impunha um rápido solucionar da questão colonial.

Do ponto de vista dos movimentos de libertação a urgência não era menor, por razões compreensíveis. Tratava-se de atingir a independência como objectivo de uma luta prolongada e, conjuntamente, tratava-se de aproveitar a circunstância de poder negociar em posição de força, antes de dar tempo a que o inimigo se pudesse recompor. Seria interessante avaliar se, em contrapartida, teria havido vantagem para os movimentos de libertação no adiamento da independência, fosse para consolidar a sua implantação social, fosse para dilatar o prazo da sua preparação para assumirem a gestão dos novos Estados independentes. Mas provavelmente tal adiamento teria sido para eles um risco maior, para já não falar do caso — onde a urgência era evidente — da Guiné-Bissau, cuja proclamação de independência acabava de ser reconhecida por dezenas de países. E como é sabido, o acordo de Lusaka com a Frelimo acabou por encurtar significativamente os prazos inicialmente propostos por Portugal para o período de transição. Não há dúvida de que, de parte a parte, a aceleração dos acontecimentos caracterizou a descolonização portuguesa.

É muito difícil emitir hoje um juízo acerca desta aceleração do processo descolonizador. Foi ela não apenas inevitável como ainda benéfica, na medida em que uma solução de arrastamento ou de ganhar tempo teria implicado consequências mais negativas? Por outro lado, o adiamento das independências teria permitido evitar alguns dos pesados custos humanos e materiais que a descolonização acarretou? Sobretudo, teria esse adiamento sido possível sem o prosseguimento da guerra?

Seja como for, poderia afirmar-se que, naqueles anos de 74-75, o reconhecimento da independência das colónias portuguesas aparecia como historicamente necessário, eticamente imperioso, obrigatório à luz do direito da comunidade internacional, militarmente aconselhável, conjunturalmente inadiável. Daí as consequentes decisões políticas.

Tais decisões visavam determinados objectivos, à maneira de critérios que balizavam um caminho onde abundavam as contradições. Objectivos e critérios que se poderiam formular assim: transferir a soberania dos futuros Estados independentes para forças políticas dotadas de reconhecida legitimidade, quer uma legitimidade conquistada pela prática da luta armada, quer uma legitimidade assegurada pelo voto popular; realizar um processo de transição pacífica, evitando sobretudo qualquer internacionalização dos conflitos; garantir a possível salvaguarda dos interesses portugueses; e, como vimos, lançar as bases de uma futura política de cooperação.

Um balanço histórico, à distância de 10 anos, permitiria porventura concluir que estes critérios foram objectivamente aplicados e que estes objectivos foram *globalmente* atingidos. Todavia, por maior que fosse a determinação política dos protagonistas, as condições não permitiram uma descolonização isenta de falhas e mesmo de erros. Se a avaliação global tem de ser positiva, a análise de alguns casos depara-se com soluções negativas e, por vezes, trágicas.

Vejamos por partes.

Embora a generalidade dos períodos de transição para a independência se tenha processado em moldes pacíficos (não obstante alguns sobressaltos), a verdade é que a descolonização não impediu o eclodir de guerras civis em Angola e em Timor-Leste. Mais ainda, nestes mesmos casos sobreveio a internacionalização dos conflitos: em Angola, com a interferência do Zaire (por interposta FNLA) e a intervenção militar sul-africana logo em 1975, bem como o início da presença do contingente cubano ainda antes da independência; em Timor-Leste com as sucessivas agressões indonésias que culminaram com a invasão e a ocupação do território em Dezembro de 75.

Difícilmente se poderão imputar responsabilidades ao poder português pela ocorrência destes factos. E, no entanto, terá havido da sua parte alguns erros de avaliação.

É provável que, no caso de Angola, a principal ilusão subjacente aos acordos do Alvor tivesse sido a referente à possibilidade da constituição de um exército nacional angolano a partir da fusão das forças de guerrilha dos três movimentos que tinham praticado a luta armada. A natureza profundamente antagónica desses movimentos faria prever os obstáculos de semelhante fusão. Exemplos posteriores como o do Zimbabwe (onde a integração das forças combatentes da ZANU e da ZAPU se revelou impossível) veio confirmar *a posteriori* esta dificuldade.

Pelo seu lado, a forma como foi conduzida, pela parte portuguesa, a questão de Timor-Leste manifesta um outro erro de cálculo que aparece, pelo menos, subentendido nas frequentes declarações de alguns responsáveis. Os descolonizadores não avaliaram suficientemente a natureza do nacionalismo maubere e subestimaram o seu carácter fortemente implantado na população e resolutamente determinado. Também *a posteriori*, a capacidade de 10 anos de resistência à invasão, envolvendo o sacrifício de mais de um quarto dos timorenses, vem confirmar dramaticamente o enraizamento do sentimento nacional. Ainda hoje este elemento decisivo parece escapar aos dirigentes portugueses, inclinando-os, com demasiada facilidade, para uma solução de compromisso que pretende ignorar semelhante dado. Timor-Leste é ainda uma ferida aberta na descolonização portuguesa.

Um balanço da descolonização não pode omitir um outro aspecto das consequências desse processo no seu conjunto, a saber, o facto de não se ter conseguido impedir o desmantelamento dos aparelhos produtivo, comercial e administrativo em alguns dos novos países, particularmente Angola e Moçambique. O retorno à metrópole de centenas de milhares de colonos, os quais muitas vezes praticaram inúteis destruições físicas e sofreram uma pesada perda de bens, veio privar esses países dos quadros técnicos que asseguravam o regular funcionamento da estrutura industrial, dos circuitos comerciais e da administração pública. É difícil hoje imaginar se teria sido possível e vantajosa a sua permanência e integração nos Estados africanos, mas é legítimo admitir que tal permanência teria evitado numerosos custos humanos e sociais, não só para os próprios retornados como também para os novos países. Nunca saberemos qual seria a evolução dessas sociedades se se mantivesse nelas a presença dos ex-colonos: provavelmente ter-se-iam agravado as

contradições políticas, mas seriam porventura minoradas as dificuldades da situação económico-social.

A este respeito, aliás, um discurso sobre a descolonização portuguesa poderia ser diferente se, após quase uma década de independências, as ex-colónias não estivessem a atravessar, como estão, inúmeras dificuldades. Talvez à excepção de Cabo Verde onde se nota uma melhoria das condições de vida em relação a 1975, no conjunto dos outros países — por razões diversas e específicas — a população viu agravadas as suas carências. Seria longo analisar aqui o somatório de factores que determinaram esta situação, mas ela é infelizmente uma realidade. Longe de pôr em causa a necessidade do processo descolonizador, esta verificação adensa o quadro de algumas consequências negativas das vicissitudes históricas decorrentes da descolonização portuguesa.

Por último, o balanço destes 10 anos evidencia ainda as insuficiências da política de cooperação de Portugal em relação aos novos países africanos. Não será caso para dizer que tenha sido perdida a aposta de um relacionamento de amizade mutuamente vantajosa, mas a verdade é que a prática de cooperação tem ficado muito aquém do que seria possível, justo e necessário. Razões que vão desde a ausência de vontade política, ou o desejo, por vezes mal disfarçado, de interferência nos destinos dos Estados soberanos, até ao verbalismo inconsequente ou ao simples bloqueio burocrático-administrativo, tudo isso tem pesado, no meio de altos e baixos, para dificultar uma normal relação entre Estados.

Os critérios e os objectivos dos descolonizadores de 74-75 seriam correctíssimos, mas a prática histórica mostra os limites e os desvios da sua aplicação, neste *deve* e *haver* da descolonização.

Ao descolonizar, Portugal teria uma oportunidade para se reencontrar a si próprio. Perdido o império, novas condições se abriam para a definição de um projecto nacional autónomo, em que o povo português redescobrisse as vias da democracia e do desenvolvimento e, ao mesmo tempo, redefinisse a sua colocação internacional. Essa nova posição de Portugal no mundo implicaria o nosso contributo colectivo para o necessário reordenamento mundial, em domínios tão vastos como o político-militar, o económico-social, o informativo-cultural... A descolonização poderia ter proporcionado a Portugal um papel privilegiado para este contributo. Objectivo ambicioso mas imperioso, que poderia ser materializado de maneira concreta, modesta e rea-

lista através de uma política de pequenos passos, prosseguida com determinação. Mas também aí, por carência de projecto e pela pequena margem de autonomia, a descolonização ainda não libertou todas as suas potencialidades para o destino da ex-metrópole.